ISSN: 2358-8829

A PERSISTÊNCIA DO RACISMO E OS OBSTÁCULOS À INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL CONTEMPOTÂNEO

Ingrid Juvino Silva [1]
Mayckol Pereira Clementino [2]
José Higor Sousa Pereira [3]

INTRODUÇÃO

O racismo constitui uma problemática histórica e social que permanece presente na sociedade brasileira, manifestando-se por meio de preconceitos, discriminações e desigualdades que afetam a população negra em diferentes espaços de convivência. Embora tenham ocorrido avanços legais e sociais no reconhecimento dos direitos da população negra, a permanência de práticas discriminatórias evidencia que a igualdade formal não eliminou os obstáculos à inclusão social.

Nesse contexto, a compreensão do racismo exige uma análise que ultrapasse as atitudes individuais e considere os processos históricos, culturais, políticos e institucionais que contribuíram para a manutenção das desigualdades raciais no Brasil.

A herança da escravidão e a ausência de medidas suficientes para assegurar a integração social da população negra após a abolição contribuíram para a reprodução de desigualdades no acesso à educação, ao trabalho, à renda e à participação social. Essas condições reforçaram estereótipos e práticas excludentes que continuam a exigir ações educativas e políticas públicas comprometidas com a equidade e a garantia de direitos.

No campo educacional, a escola desempenha papel importante na problematização dessas desigualdades, na valorização da diversidade cultural e na construção de relações pautadas no respeito. A abordagem das relações étnico-raciais

[1] Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Sapucaí, ingridjuvino3@gmail.com;
[2] Estudante do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Santa Catarina, mayckolclementino2@gmail.com;
[3] Graduado pelo curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, sousa123higor@gmail.com.

possibilita questionar preconceitos naturalizados, reconhecer a contribuição histórica e cultural da população negra e promover uma formação crítica diante das manifestações do racismo na sociedade contemporânea.

Diante dessa realidade, o trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Pereira dos Santos, localizada no distrito de Palmeira, município de Imaculada–PB. A proposta justificou-se pela necessidade de ampliar o debate sobre o racismo no ambiente escolar e estimular práticas educativas comprometidas com a valorização da população negra e o enfrentamento à discriminação racial.

O objetivo geral consistiu em analisar a persistência do racismo e os obstáculos à inclusão social da população negra no Brasil contemporâneo, promovendo reflexões sobre preconceito, discriminação, desigualdade racial e valorização da diversidade étnico-racial no contexto escolar. Como objetivos específicos, buscou-se discutir as manifestações do racismo no cotidiano, reconhecer a importância histórica e cultural da população negra e estimular atitudes de respeito, equidade e inclusão social.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interventivo, articulando pesquisa, reflexão e práticas pedagógicas relacionadas às relações étnico-raciais. O percurso metodológico foi organizado com o propósito de aproximar a discussão teórica das experiências sociais dos estudantes, favorecendo a compreensão do racismo e de suas consequências.

Para a realização das atividades, foram utilizados textos informativos e literários, livros, imagens, músicas, vídeos, filmes e recursos digitais. Esses materiais subsidiaram aulas dialogadas, pesquisas orientadas, rodas de conversa e debates sobre racismo, preconceito, discriminação, desigualdade social e participação da população negra na formação histórica e cultural brasileira.

Também foram realizadas produções textuais, elaboração de cartazes e atividades coletivas, nas quais os estudantes foram incentivados a relacionar os conteúdos discutidos às situações de discriminação presentes no cotidiano. As estratégias adotadas priorizaram o diálogo, a participação e a reflexão crítica, considerando a escola como espaço de aprendizagem, convivência e construção de valores sociais.

A análise dos resultados fundamentou-se nas discussões realizadas, nos posicionamentos apresentados pelos estudantes e nas produções desenvolvidas durante as atividades. Dessa maneira, buscou-se compreender as contribuições da intervenção para a problematização do racismo e para a valorização da diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do racismo na sociedade brasileira exige considerar sua formação histórica e sua permanência nas estruturas sociais. Nesse sentido, Almeida (2019) compreende o racismo estrutural como um fenômeno relacionado à organização política, econômica e social, que ultrapassa manifestações individuais e se reproduz nas relações e instituições. Essa perspectiva contribui para interpretar as desigualdades raciais como resultado de processos históricos que influenciam as oportunidades e as condições de vida da população negra.

A discussão também envolve a construção das identidades raciais e os desafios enfrentados no reconhecimento da diversidade cultural brasileira. Munanga (2004) problematiza a mestiçagem e os processos de construção da identidade nacional, contribuindo para a compreensão das tensões relacionadas à identidade negra e às formas de representação da população afrodescendente. Suas reflexões permitem questionar concepções que ocultam desigualdades raciais sob a ideia de uma convivência harmoniosa entre diferentes grupos sociais.

No campo educacional, Gomes (2017) destaca a importância dos conhecimentos produzidos pelo movimento negro na luta por emancipação e transformação social. A autora contribui para compreender a educação como espaço de valorização das experiências, das identidades e dos saberes historicamente marginalizados. Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a população negra como protagonista da história brasileira, superando abordagens que restringem sua participação à escravidão.

No âmbito legal, a Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados (BRASIL, 2003). Posteriormente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

das Relações Étnico-Raciais orientaram a implementação de práticas educacionais voltadas ao reconhecimento, à valorização e ao respeito à história e à cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2004).

Essas contribuições teóricas e legais fundamentaram a compreensão de que o enfrentamento ao racismo requer ações educativas permanentes, capazes de problematizar desigualdades, questionar estereótipos e promover relações sociais mais justas. Assim, a escola foi compreendida como espaço relevante para a construção de conhecimentos e atitudes comprometidos com o respeito à diversidade e com a inclusão social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas favoreceram a ampliação da compreensão dos estudantes sobre o racismo e suas diferentes manifestações na sociedade brasileira. As discussões possibilitaram abordar o preconceito para além das atitudes individuais, relacionando-o às desigualdades históricas e às condições sociais que dificultam a inclusão da população negra. Essa perspectiva aproximou as reflexões desenvolvidas na escola da compreensão do racismo estrutural apresentada por Almeida (2019).

Durante as rodas de conversa e os debates, foram problematizadas situações de discriminação presentes no cotidiano, permitindo questionar comportamentos e representações socialmente naturalizados. As atividades também favoreceram a discussão sobre os efeitos do preconceito nas relações sociais e a importância de reconhecer práticas discriminatórias que, muitas vezes, são minimizadas ou tratadas como acontecimentos isolados.

As produções textuais, os cartazes e as atividades coletivas constituíram oportunidades para expressar conhecimentos e posicionamentos sobre a temática. Ao relacionarem os conteúdos estudados às situações sociais, os estudantes foram estimulados a refletir sobre a igualdade de direitos, a valorização das diferenças e a responsabilidade coletiva no enfrentamento ao racismo. As discussões também reforçaram a importância da história, da cultura e da identidade negra na formação da sociedade brasileira, em consonância com as contribuições de Munanga (2004) e Gomes (2017).

Outro aspecto relevante foi a articulação entre as práticas pedagógicas e o marco legal da educação para as relações étnico-raciais. A abordagem desenvolvida dialogou com a Lei nº 10.639/2003 e com as diretrizes nacionais que orientam a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar (BRASIL, 2003, 2004). Essa articulação evidenciou a importância de tratar a temática não apenas em datas comemorativas, mas como parte de um processo educativo contínuo.

De modo geral, a experiência favoreceu a participação dos estudantes, a reflexão crítica e a valorização da diversidade étnico-racial. Entretanto, compreendeu-se que atividades pedagógicas pontuais não são suficientes para eliminar o racismo, sendo necessário manter ações permanentes de formação, diálogo e revisão das práticas escolares.

Os resultados, portanto, reforçaram a relevância da escola na construção de espaços educativos comprometidos com o respeito, a equidade e o enfrentamento às diferentes formas de discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho possibilitou discutir a persistência do racismo e os obstáculos à inclusão social da população negra no Brasil contemporâneo, destacando a importância da educação no enfrentamento às desigualdades étnico-raciais. As atividades desenvolvidas favoreceram o diálogo, a reflexão crítica e a problematização de situações de preconceito e discriminação presentes no cotidiano.

A experiência também reforçou a valorização da história, da cultura e da identidade negra, evidenciando a relevância de práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento da diversidade e a igualdade de direitos. Nesse sentido, a articulação entre os conteúdos teóricos, os recursos didáticos e a participação dos estudantes contribuíram para fortalecer a discussão sobre o racismo no ambiente escolar.

Concluiu-se que a escola constitui um espaço fundamental para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com relações sociais mais inclusivas. Contudo, o enfrentamento ao racismo exige continuidade das ações educativas, compromisso institucional e valorização das contribuições da população negra para a sociedade brasileira. Assim, o trabalho reafirmou a importância de uma educação antirracista, orientada pela equidade, pelo respeito às diferenças e pela promoção da inclusão social.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.